

União e PP selam aliança em federação

LEVY TELES
AGÊNCIAESTADO

Agência estado O PP e União Brasil formalizaram, ontem, a federação partidária entre os dois partidos, chamada União Progressista. No dia da criação, o grupo expôs divisão sobre ser ou não oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) disse que a nova federação não é contra ou a favor do governo, os presidentes do União Brasil, Antônio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira, disseram o contrário.

A oposição compareceu com volume e discursos críticos a Lula. Do grupo, discursaram o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), o governador de

Goiás, Ronaldo Caiado (União) e ainda houve pedido de aplausos para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Presidenciaíveis como Tarcísio e Caiado cogitam o apoio da federação. O União Progressista terá a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 109 cadeiras e no Senado Federal, com 15 parlamentares.

Além disso, a federação terá o maior número de governadores, no total são sete, e de prefeitos eleitos em 2024: foram 1.383. A federação também terá a maior fatia do fundo eleitoral (R\$ 953,8 milhões, segundo valores de 2024) e do fundo partidário (R\$ 197,6 milhões).

“A gente pode celebrar a junção de excelentes quadros. Eu como estrangeiro (Tarcísio é do Republicanos) nessa reunião quero dizer parabéns por esse passo e pode ter certeza que o Brasil conta com vocês”,

disse Tarcísio. Enquanto Nogueira define o novo grupo como “oposição conservadora”, ministros de ambas as legendas mantêm os cargos na Esplanada. Caiado ainda cobrou uma posição clara da federação.

“Vamos desembarcar do governo o mais rápido possível”, disse Ciro Nogueira. Outras lideranças até preferem dizer que o União Progressista não é nem governo e nem base. “Não é um movimento de oposição e situação. Foi um movimento de política com ‘P’ maiúsculo com o olhar voltado para o futuro do Brasil”, disse Alcolumbre.

O evento, realizado em Brasília, contou com a presença das principais figuras dos dois partidos e de outras legendas. Vieram, entre os ministros, André Fufuca (Esporte) e Celso Sabino (Turismo).

Além desses dois, o União Brasil tem outros dois indicados no governo Lula:



SIGLAS terão maior bancada na Câmara, no Senado, governadores, prefeitos eleitos, maior Fundo Partidário e Fundo Eleitoral

Waldez Góes, da Integração, e Frederico Siqueira, da Comunicação. Integrantes do partido defendem que Góes e Siqueira não são exatamente indicações do União Brasil, mas de Alcolumbre.

A nível pessoal, o próprio Fufuca disse que está com Lula. “Meu voto pessoal é dele (Lula)”, disse.

Também compareceram, entre outros, o presidente do PL, Valdemar Cos-

ta Neto, e o ex-ministro Ciro Gomes (PDT). Nenhum petista veio. Esse é o último passo até a formalização do grupo, a ser feita no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Há decisões ainda a serem tomadas rumo à disputa eleitoral em 2026. De um lado, alas do PP defendem maior alinhamento ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) – já o União tem um pré-candidato para a disputa

pela Presidência da República no próximo ano: o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

O próprio Caiado cobrou uma posição clara da federação. “Partido tem que ter rumo, partido tem que voz clara. E preciso que o partido lance candidato, tenha posição clara e que a posição é derrotar Lula na eleição de 2026. Não tem opção”, disse.

RECURSOS

Bruno Reis envia à CMS subsídio ao transporte



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), encaminhou à Câmara Municipal dois pedidos de empréstimos que, juntos, ultrapassam R\$ 1,26 bilhão

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), encaminhou à Câmara Municipal dois pedidos de empréstimos que, juntos, ultrapassam R\$ 1,26 bilhão. Além dos empréstimos, a prefeitura também enviou um projeto de lei que propõe a concessão de subsídio orçamentário ao transporte público coletivo de passageiros por ônibus e ao subsistema de transporte especial complementar (STEC).

O primeiro empréstimo trata de uma operação no valor de R\$ 500 milhões, destinada a financiar projetos e obras de mobilidade e

infraestrutura urbana. Entre as áreas contempladas estão saneamento básico, sistema viário, pavimentação de vias, habitação, equipamentos sociais, esportivos e culturais, além de desapropriações e ressarcimento de contrapartidas já efetuadas. A contratação será feita junto a instituições financeiras a serem escolhidas por chamada pública, com garantia da União.

Já o segundo pedido envolve captação externa de até US\$ 140 milhões, cerca de R\$ 761 milhões na cotação atual, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo é fortalecer o Programa de Sustentabilidade Fiscal e Desenvolvimento Social do Mu-

nícipio. A gestão pretende utilizar os recursos para quitar dívidas anteriores contraídas com juros mais altos, em uma estratégia de reequilíbrio financeiro.

Segundo o líder do governo na Câmara, vereador Kiki Bispo (União Brasil), os projetos só devem ser votados em setembro. Os pedidos, no entanto, chamam a atenção pelo contraste com as críticas de aliados de Bruno ao governador Jerônimo Rodrigues (PT), que também tem recorrido a sucessivos empréstimos na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). No início deste mês, o próprio Jerônimo chegou a defender o prefeito, argumentando que os municípios não conseguem se manter apenas com

recursos próprios.

Sobre o subsídio ao transporte público, de acordo com o Executivo, a medida busca assegurar a continuidade do serviço e evitar aumento expressivo no valor da tarifa paga pelos usuários. O texto também prevê ajustes na legislação que regula o serviço de táxi (SETAX). Atualmente, o sistema de ônibus da capital passa por uma revisão extraordinária dos contratos de concessão, sob responsabilidade da Arsal, com apoio técnico especializado.

Na mensagem, Bruno Reis destacou que o setor de transporte enfrenta instabilidade, agravada pela ausência de uma política federal estruturante e pela alta carga tributária estadual.

Assembleia deve votar negociação do IPVA enviada pelo governo

O governo estadual já garante abatimentos para o pagamento antecipado

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), anunciou o envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) para permitir a negociação de dívidas de IPVA. A proposta tem como objetivo oferecer aos contribuintes que possuem débitos a oportunidade de regularizar a situação junto ao Estado.

Além da possibilidade de negociação, o governo já garante abatimentos para o pagamento antecipado do IPVA 2025: desconto de 15% para quitação à vista até 7 de fevereiro e redução de 8% no caso

de parcelamento, com datas ajustadas conforme o final da placa do veículo. “Boa notícia para quem está em débito com o IPVA: estamos enviando à Assembleia Legislativa um projeto de lei que permitirá aos contribuintes negociar suas dívidas com o Estado”, afirmou Jerônimo em suas redes sociais.

As comissões da ALBA também iniciaram a semana deliberando sobre uma série de pautas polêmicas. A Comissão de Saúde e Saneamento aprovou a realização de audiências públicas. Uma delas, proposta pelo deputado Jordavio Ramos (PSDB), será voltada para discutir a demanda do Sindicato dos Médicos da Bahia (Sindimed),

que denuncia a alteração de cerca de 500 contratos de médicos de CLT para pessoa jurídica (PJ). O colegiado também aprovou o envio de um ofício à secretária estadual de Saúde, Roberta Santana, solicitando reunião para tratar do assunto, sugestão do deputado Eduardo Alencar (PSD).

Ainda na área da saúde, a comissão acatou requerimento do deputado Dr. Diego Castro (PL) para realização de audiência sobre denúncias de violência psicológica contra detentos na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador. A data dos encontros será definida posteriormente.

Já a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvi-

mento Econômico e Turismo aprovou ontem proposta da deputada Cláudia Oliveira (PSD) para realizar audiência pública sobre a importância dos minerais na energia limpa e nas novas tecnologias, com participação da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). O colegiado também encaminhou uma indicação à Casa Civil pedindo que o projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) inclua a duplicação do trecho entre a BA-526 e a Base Naval de Aratu. Na mesma reunião, deputados voltaram a cobrar avanços em obras estruturantes, como o Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), que seguem paralisadas.



JERÔNIMO RODRIGUES anunciou o envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) para permitir a negociação de dívidas de IPVA

Bancos brasileiros derretem na Bolsa e perdem R\$ 41,9 bilhões

VINÍCIUS NOVAIS E BEATRIZ
ROCHA/AE

As ações de bancos fecharam em forte queda nesta terça-feira (19), com o mercado digerindo os efeitos da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flavio Dino, que, na prática, visa barrar sanções da Lei Magnitsky. Com o desempenho negativo, Itaú (ITUB4), Santander (SANB11), Bradesco (BBDC3;BBDC4), Banco do Brasil (BBAS3) e BTG Pactual (BPAC11) perderam, juntos, R\$ 41,98 bilhões em valor de mercado, segun-

do dados de Einar Rivero, CEO e sócio-fundador da Elos Ayta Consultoria.

O Índice Financeiro (IFNC) da B3 registrou a maior queda entre os indicadores setoriais, cedendo 3,82%, o recuo mais intenso desde janeiro de 2023. Bradesco fechou em baixa de 3,29% (BBDC3) e 3,43% (BBDC4), já o Banco do Brasil recuou 6,03% e o Itaú, 3,04%. As units (ativo que concentra duas ou mais ações de uma empresa negociadas em conjunto) de Santander cedaram 4,88% e as do BTG Pactual, 3,48%. “O Bradesco viu seu valor de mercado cair

R\$ 5,4 bilhões. O BB sofreu uma redução de R\$ 7,25 bilhões, enquanto Itaú, BTG e Santander tiveram perdas de R\$ 14,71 bilhões, R\$ 11,42 bilhões e R\$ 3,2 bilhões, respectivamente.

MERCADO
O Índice Financeiro da B3 registrou a maior queda entre os indicadores setoriais, cedendo 3,82%, o recuo mais intenso desde 2023.

Niltinho fala em saída do PP e articula migração em bloco

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Ontem (19), durante entrevista à rádio Sociedade, o deputado estadual Niltinho (PP) comentou os impactos da possível federação entre o PP e o União Brasil. Segundo ele, a junção gera desconforto na Bahia, já que o União Brasil integra a oposição ao governo estadual, enquanto a maioria dos parlamentares do PP na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) tem interesse em permanecer alinhada à base do governador Jerônimo Rodrigues

(PT).

Com o avanço das tratativas, Niltinho afirmou que quatro dos seis deputados estaduais do PP já decidiram deixar a legenda. O grupo, formado por ele, Eduardo Salles, Antônio Henrique Júnior e Hassan, pretende migrar em conjunto para outro partido. “Esses quatro nomes juntos representam quase três vagas na Assembleia. A ida desse grupo fortalece qualquer legenda”, declarou Niltinho.

Entre os destinos cogitados estão partidos já integrados à base governista, como PSB, PDT, Podemos, PSD e

Avante. O PT, no entanto, foi descartado pelo deputado, que citou impasses internos ligados à federação com PCdoB e PV. Ele ressaltou ainda que a definição vem sendo construída em diálogo direto com o governador Jerônimo Rodrigues e com o secretário de Relações Institucionais, Adolpho Loyola. Embora afirme estar em posição confortável dentro do PP, Niltinho justificou a saída como uma questão de coerência política e fortalecimento da base governista. Atualmente, a legenda ocupa a terceira maior bancada da ALBA.